

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.026925/2022-35

2. Objetivo

Caracterizar, através do Estudo Técnico Preliminar (ETP), determinada necessidade, descrevendo as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação, conforme regulamentado pela Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e pela Portaria nº 173/2020, de 12 de agosto de 2020, do Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

3. Descrição da necessidade

O presente ETP refere-se a eventual aquisição de **conjunto radiológico composto por equipamento de raio-x fixo de 500mA e sistema de aquisição e digitalização de imagens radiográficas do tipo digital direto (DDR)** – conjunto de equipamentos que permite a realização de exames radiográficos de regiões distintas de pacientes de diferentes espécies e portes atendidos no Hospital de Medicina Veterinária. Essa contratação visa atender a demanda do Serviço de Radiologia do Setor de Imagem do Hospital de Medicina Veterinária Renato Rodenburg de Medeiros Netto (HOSPMEV), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Existem equipamentos geradores de raios-x de diferentes potências. A miliamperagem (mA) no aparelho de raio-x está relacionada com a quantidade de raios-x que serão produzidos e a quilovoltagem (kVp) com a capacidade de penetração dos raios-x pelos corpos. Equipamentos portáteis tem capacidade de produção de, no máximo, 100mA, fator limitante para produção de imagens radiográficas adequadas para determinadas regiões e portes corporais. Para que sejam possíveis exames radiográficos de boa qualidade em animais de maior porte (cães de porte grande e gigante, pequenos ruminantes, diversos animais silvestres) e de regiões corpóreas com estruturas de menor contraste radiográfico normal (abdome, coluna vertebral, pelve), equipamentos com maior capacidade em termos de miliamperagem e quilovoltagem são necessários, bem como a presença de grade anti-difusora (buck), associada às mesas de equipamentos fixos (THRALL e WIDMER, 2007).

Com o avanço tecnológico foram desenvolvidas técnicas de obtenção de imagens radiográficas digitais as quais possuem vantagens significativas em relação ao processamento de filmes radiográficos convencionais, em termos de proteção ambiental e da saúde dos indivíduos ocupacionalmente expostos (TESCHKE et al., 2002), de gasto de materiais, de armazenagem, distribuição, processamento-manipulação e visualização das imagens (ARMBRUST, 2007).

Outro ponto importante a ser considerado quando se trata de equipamentos desse nível, é a disponibilidade de assistência técnica local para que, quando necessário, haja atendimento com maior agilidade, que gere menor impacto tanto ao atendimento clínico quanto orçamentário pelo tempo de interrupção do serviço à comunidade e menores gastos com deslocamento e hospedagem, por exemplo, de técnicos de fora.

O serviço de radiologia do Hospital de Medicina Veterinária da UFBA está empenhado em contribuir para a sociedade por meio da realização de exames radiográficos aos pacientes atendidos no referido HOSPMEV, além de servir como banco de dados para o ensino e pesquisa. A demanda de exames radiográficos é alta, reflexo da alta casuística de atendimentos nos setores de clínica médica e clínica cirúrgica de animais de diferentes espécies.

O aparelho de raio-x atualmente presente no HOSPMEV já não é mais fabricado e as peças de reposição, em breve, não existirão mais. Face aos frequentes problemas que o atual equipamento vem apresentando nos últimos anos, sempre acompanhados de custos elevados de mão de obra especializada e peças, além de interrupção do oferecimento do serviço à comunidade, da arrecadação de valores para a instituição e do serviço prestado pelos servidores técnicos vinculados, justificam a sua substituição por um equipamento mais moderno e funcional.

O equipamento requisitado tem gerador de raios-x com capacidade de até 500mA e 150kVp, indicado para a realização de exames radiográficos de regiões corporais diversas em animais de diferentes portes. Conta com sistema de aquisição de imagens do tipo digital direta, o qual reduz o tempo entre a exposição da região de interesse aos raios-x e a obtenção da imagem radiográfica na tela do computador para análise.

O sistema digital direto por wireless facilita a realização do exame e descarta a necessidade de filmes de raio-x, películas de imagem ou mídias externas, soluções químicas de revelação e fixação da imagem, contribuindo para a proteção ambiental e pessoal.

Adicionalmente, um serviço de radiologia veterinária funcional e moderno, em um hospital escola de alta demanda de atendimentos, vinculado à uma escola de medicina veterinária de referência do Nordeste brasileiro, é fundamental para o atendimento de animais da comunidade na investigação clínico-cirúrgica de inúmeras doenças, para o auxílio no diagnóstico, planejamento de tratamento, acompanhamento da evolução das doenças, além de sua importância na investigação *post-mortem* e em pesquisas científicas.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
HOSPITAL MÉDICO VETERINÁRIO PROFESSOR RENATO MEDEIROS NETO	HAMUEL FELIPE FERREIRA SANTOS

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
 - 1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;
2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
7. atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

6. Levantamento de Mercado

Os bens objeto da futura aquisição estão dentro da padronização seguida pelo COMPRAS.GOV.BR - Ministério da Economia, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

Como há um grande número de fabricantes, importadores, distribuidores e empresas no mercado nacional que comercializam os itens a serem licitados e devido ao fato dos bens a serem adquiridos serem classificados como bens comuns, nos termos do art. 1º da Lei nº. 10.520/02 e do art. 3º, inciso II do Decreto nº 10.024/19, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado, optou-se pela utilização do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços como forma de aquisição dos bens pretendidos.

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional estabelece em seu artigo 6º que "serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços".

O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados.

Já a utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados. Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos.

Na quase totalidade das situações, não se deve estimar os preços de mercado a partir do menor valor. Estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Este método somente é indicado quando estamos em um ambiente de competição oligopolista.

A doutrina matemática trata o "Coeficiente de Variação" ou "CV" como uma maneira segura de definir se uma amostra é razoavelmente homogênea, sendo calculado como a razão entre o Desvio Padrão e a Média de um conjunto de dados ou "amostra". Quanto menor o CV, mais homogênea a

amostra. Em geral, um coeficiente de variação menor ou igual a 25% indica razoável homogeneidade.

Utilizando o CV como parâmetro de homogeneidade do conjunto de dados, pode-se expurgar os extremos inferiores (inexequíveis) e superiores, de tal forma a obter CV menor que 25%. Assim, para a composição dos valores de mercado, evita-se a ocorrência de discrepâncias significativas nos valores das amostras obtidas, retirando do conjunto dos dados os valores extremos de desvios, a fim de reduzir o coeficiente de variação, conferindo confiabilidade e representatividade na aferição dos preços correntes de mercado.

Sendo assim, optaremos pela média como método de obtenção de preço estimado, por ser uma medida mais robusta e utilizaremos o Coeficiente de Variação menor que 25% como método para avaliar a homogeneidade da amostra e, conseqüentemente, a exclusão de valores extremos para aplicação da média para estimar o valor estimado máximo a ser adotado na licitação.

7. Descrição da solução como um todo

A motivação pela escolha do Sistema de Registro de Preço (SRP) para este processo licitatório se dá pelas características do objeto (enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019).

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item.

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da homologação do pregão eletrônico, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

A contratação não se dará por meio de contrato tendo em vista que o art. 62, da lei nº. 8.666/93 prescreve que “o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço”.

Já o artigo 15, do Decreto nº. 7.892/13, estabelece que “a contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº. 8.666, de 1993”. Sendo assim, não haverá designação de fiscal do contrato.

Sendo assim, as contratações referentes ao pregão ocorrerão por meio de nota de empenho, tendo em vista que a licitação não se enquadra em nenhuma das condições de exigência de contrato, estabelecida do art. 62, da Lei nº. 8.666/93.

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Entretanto, será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preços; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da ata de registro de preços, conforme prevê o art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 28 do Decreto nº 10.024/2019, e nos artigos nº 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Cada Unidade/Órgão da UFBA, a partir de suas necessidades e da disponibilidade de recursos orçamentários, registrará uma requisição de material no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC e enviará a Coordenação de Contabilidade e Finanças - UFBA, juntamente com a consulta a certidões negativas (a exemplo do SICAF), para verificação se a contratada mantém as condições de habilitação, para emissão do empenho.

De posse do empenho, a Unidade/Órgão da UFBA notificará a contratada que terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a entrega do material empenhado.

Atendendo à recomendação formulada pelo Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 2037/2019, declaramos que deverá constar no Edital do Pregão a previsão de possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes - art. 9º, inciso III, do Decreto nº 7.892/2013. Tal possibilidade justifica-se, pois, as contratações do Órgão Gerenciador (UFBA) serão frequentes e parceladas, sua adjudicação ocorrerá por Item, e os materiais a serem licitados são enquadrados na classificação de bens de natureza comum podendo dessa forma atender também a outros órgãos interessados, desde que a adesão seja aceita também pelo fornecedor, conforme preceitua o art. 22, §2º do Decreto 7.892/2013.

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI /MPOG, quando da aquisição de bens, recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental nos itens em que se aplicar:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A comprovação dos critérios acima, quando necessária, poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT / SIPAC	UNID FORN	QUANT

1	<p>EQUIPAMENTO MICROPROCESSADO PARA RADIODIAGNÓSTICO DE 500 MA OU MAIOR, DEVE SER FIXO PARA USO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGENS. INDICAÇÃO ERROS E NÍVEL DE KV, MA E MAS, DOTADO DE TÉCNICAS PRÉ-PROGRAMADAS SELECIONÁVEIS DE ACORDO COM A PARTE DO CORPO DO PACIENTE A SER RADIOGRAFADA, PROGRAMA ANATÔMICO DE ÓRGÃOS COM NO MÍNIMO 150 TÉCNICAS PRÉ-PROGRAMADAS. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR CONTROLE AUTOMÁTICO DE EXPOSIÇÃO E INDICAÇÃO DE DOSE NO PACIENTE. COMANDO E GERADOR DE ALTA TENSÃO: GERADOR DE RAIOS X MICROPROCESSADO DE ALTA FREQUÊNCIA; POTÊNCIA DE 50 KW OU MAIOR; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TRIFÁSICA 220/380 VOLTS - 50/60 HZ; SELEÇÃO DE 40 A 150 KV; FAIXA DE MAS DE 0,4 OU MENOR ATÉ 500 OU MAIOR; TEMPO DE EXPOSIÇÃO DE 2,5 MS OU MENOR ATÉ 5 SEGUNDOS OU MAIOR; PROTEÇÃO TÉRMICA DO TUBO DE RAIOS X. CABOS: PAR DE CABOS DE ALTA TENSÃO. BUCKY MURAL: DESLOCAMENTO VERTICAL DE 100 CM OU MAIOR; BUCKY COM GRADE FIXA; FREIOS ELETROMAGNÉTICOS OU MECÂNICOS; FOCO VARIÁVEL DE 100 A 180 CM. MESA FIXA COM TAMPO FLUTUANTE: MOVIMENTO TRANSVERSAL E LONGITUDINAL; BUCKY COM GRADE FIXA; CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 200 KG; FREIOS ELETROMAGNÉTICOS PARA OS MOVIMENTOS DO TAMPO; DIMENSÕES DO TAMPO (C X L) DE NO MÍNIMO 200 CM X 80 CM; FOCO VARIÁVEL DE 100 A 180 CM. ESTATIVA PORTA TUBO DE RAIOS X: TIPO CHÃO-MESA OU CHÃO-CHÃO; MOVIMENTO VERTICAL DE 140 CM OU MAIOR; FREIOS ELETROMAGNÉTICOS; ROTAÇÃO DO BRAÇO PORTA TUBO $\pm 90^\circ$. TUBO DE RAIOS X: FOCO FINO DE NO MÁXIMO 0,6 MM; FOCO GROSSO DE NO MÁXIMO 1,2 MM; ROTAÇÃO DO ANODO DE NO MÍNIMO 9000 RPM; CAPACIDADE TÉRMICA DE ANODO DE NO MÍNIMO 300 KHU. DETECTOR PLANO: 01 (UMA) UNIDADE DE DETECTOR DE ESTADO SÓLIDO, PARA CONVERSÃO DE RAIOS-X EM SINAL ELÉTRICO, UTILIZANDO CINTILADOR DE CSI (IODETO DE CÉSIO); TAMANHO DO PIXEL MENOR OU IGUAL A 150 M (MÍCRONS); MATRIZ DO DETECTOR MAIOR OU IGUAL A 2300 X 2800 PIXELS; CAPACIDADE DE INSERÇÃO DO DETECTOR NA GAVETA DA MESA E BUCKY MURAL, BEM COMO REALIZAÇÃO DE EXAMES FORA DA GAVETA/BUCKY; DETECTOR COM FONTE DE ENERGIA (BATERIA, CAPACITOR OU TECNOLOGIA SIMILAR), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 HORAS DE EXAME OU 200 IMAGENS POR CARGA; EM CASO DE BATERIA EXTERNA, ALÉM DA BATERIA INTEGRANTE DO DETECTOR, O CONJUNTO DEVERA ACOMPANHAR 01 UNIDADE DE BATERIA EXTRA; UM CARREGADOR DA FONTE DE ENERGIA (BATERIA,</p>	BR0450494 5208000001679	UNIDADE	1
---	---	----------------------------	---------	---

<p>CAPACITOR OU SIMILAR) DO DETECTOR, DEVE SER PARTE INTEGRANTE DO CONJUNTO; ARMAZENAMENTO INTERNO NO PRÓPRIO DETECTOR DE PELO MENOS 180 IMAGENS. PESO MÁXIMO DO DETECTOR DE 3.6 KG OU MENOS COM BATERIA; CAPACIDADE DE SUPORTAR 150 KG OU MAIS DISTRIBUÍDOS SOBRE A SUPERFÍCIE DO DETECTOR. ESTRUTURA TOTAL OU PARCIAL EM FIBRA DE CARBONO. GRAU DE PROTEÇÃO IPX1. CONSOLE DE AQUISIÇÃO, VISUALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE IMAGENS: MONITOR LCD DE NO MÍNIMO 21" POLEGADAS E SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCHSCREEN); ESTAÇÃO DE TRABALHO COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA:</p> <p>PROCESSADOR CORE I3 (SUPERIOR OU SIMILAR), 500GB DE ARMAZENAMENTO HARD DISK E 4GB DE MEMÓRIA RAM OU SUPERIOR; INSERÇÃO DE DADOS DO PACIENTE DE FORMA MANUAL OU UTILIZANDO PROTOCOLO DICOM WORKLIST; PERMITIR A GRAVAÇÃO DE IMAGENS EM CD /DVD; FERRAMENTAS DE PROCESSAMENTO DAS IMAGENS ADQUIRIDAS COM SEGUINTE RECURSO:</p> <p>CONFIGURAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE AQUISIÇÃO E PROCESSAMENTO MANUAL OU AUTOMÁTICO POR DIFERENTES REGIÕES ANATÔMICAS; AJUSTE DE LATITUDE, CONTRASTE E BRILHO INDEPENDENTEMENTE; RECORTE DA IMAGEM; INSERÇÃO DE TEXTOS FIXOS E EDITADOS PELO USUÁRIO; MAGNIFICAÇÃO DA IMAGEM PARA VISUALIZAÇÃO; IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 4 IMAGENS POR PELÍCULA; ROTAÇÃO E INVERSÃO DA IMAGEM; PACOTE DE CONECTIVIDADE DICOM 3.0: STORAGE; PRINT; MODALITY WORKLIST. CAPACIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE IMAGENS INTERNAMENTE PARA NO MÍNIMO 5 PONTOS SIMULTÂNEOS DENTRO DO AMBIENTE DE GERAÇÃO DAS IMAGENS. NOBREAK COMPATÍVEL COM O SISTEMA DIGITAL E QUADRO DE FORÇA. SISTEMA TOTALMENTE DIGITAL E COM REGISTRO ÚNICO NA ANVISA – SEM ADAPTAÇÕES COM PLACAS EM EQUIPAMENTOS DE RAIOS X ANALÓGICOS. ACOMPANHAR MANUAL DE OPERAÇÃO, CATÁLOGO DO PRODUTO, REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA, MONTAGEM E TREINAMENTO INCLUSOS.</p>			
--	--	--	--

9. Estimativa do Valor da Contratação

O custo total estimado da contratação é de R\$ 1.016.999,01 (Um milhão, dezesseis mil, novecentos e noventa e nove reais e um centavo).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, também aplicável à modalidade pregão, por força do disposto no art. 9º da Lei nº 10.520, de 2002.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Unidade/Órgão da UFBA (PERFIL REQUISITANTE) realizou, através do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, o seu Planejamento Anual de Contratações - PAC para o ano de 2022/23, tendo por base as suas necessidades. A Coordenação de Material e Patrimônio da UFBA (PERFIL DE COMPRAS) totalizou o Planejamento registrado por cada Unidade /Órgão da UFBA para gerar um único PAC que foi lançado no Sistema Federal de Planejamento e Gerenciamento de Compras - PGC.

O PAC 2022/23 está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quadriênio 2018-2022, a exemplo do Objetivo Estratégico 1: "Ampliar as oportunidades e a qualidade da formação oferecida aos alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação" e do Objetivo Estratégico 8: "Assegurar uma efetiva gestão estratégica de pessoas, visando à valorização do trabalhador e à qualidade dos serviços prestados".

13. Qualificação Técnica

O licitante, para fins de habilitação, deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características compatíveis com o objeto deste ETP, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14. Qualificação Econômico-Financeira

O licitante, para fins de habilitação, deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro, conforme prevê o art. 3º do Decreto nº 8.538/2015.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade

A licitante que apresentar resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

15. Resultados Pretendidos

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção das aulas práticas (ensino de graduação e pós-graduação) e das atividades de pesquisa e extensão da UFBA.

Tão logo instalado e liberado para uso rotineiro, o equipamento será introduzido na rotina de realização de exames radiográficos para os pacientes atendidos no HOSPMEV, com previsão de produção mensal de 220 a 400 exames.

16. Providências a serem Adotadas

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente da UFBA, será realizada a Licitação através de Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preço. A licitação estando homologada e as Atas de Registro de Preços assinadas poderá ser feita a contratação para aquisição dos itens licitados.

17. Possíveis Impactos Ambientais

O equipamento opera em ambiente cuja estrutura física é apropriada para receber raios-x sem que haja exposição dos ambientes externos aos mesmos. A sala onde o equipamento de raios-x será instalado já conta com revestimento por argamassa de barita e portas e visores plumbíferos. Por meio de visitas periódicas, conforme legislação vigente, de empresas especializadas em radioproteção, testes de desempenho dos equipamentos e avaliação radiométrica ambiental são realizados para garantir a segurança dos servidores do setor e visitantes esporádicos.

Por se tratar de sistema de aquisição de imagens digitais diretas, não há uso de químicos para revelação e nem filmes de raios-x, o que se traduz em grande vantagem em relação a proteção ambiental, conforme anteriormente exposto.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos em função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com padronização dos bens. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

19. Responsáveis

JOÃO MOREIRA DA COSTA NETO

Professor Associado do Departamento de Anatomia, Patologia e Clínica Veterinárias da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFBA

CATERINA MURAMOTO

Professora Associada do Departamento de Anatomia, Patologia e Clínica Veterinárias da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFBA

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PORTARIA Nº 32-2022 PROAD - DESIGNAÇÃO EQUIPE ELABORAÇÃO ETP - Pregão SRP nº 28.2022-assinado.pdf (159.68 KB)

**Anexo I - PORTARIA Nº 32-2022 PROAD -
DESIGNAÇÃO EQUIPE ELABORAÇÃO ETP - Pregão
SRP nº 28.2022-assinado.pdf**



PORTARIA Nº 32 - PROAD, DE 31 DE MAIO DE 2022

A Pró Reitoria de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando os procedimentos previstos na Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Lei nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, bem como as Instruções Normativas SLTI nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 40, de 22 de maio de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, conforme art. 6º da IN nº 40/ 2020 e o art. 21, inc. I, alínea “d” da IN nº 05/2017, os servidores: João Moreira da Costa Neto, SIAPE: 331145, Professor Associado do Departamento de Anatomia, Patologia e Clínica Veterinárias da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFBA e Caterina Muramoto, SIAPE: 1822088, Professora Associada do Departamento de Anatomia, Patologia e Clínica Veterinárias da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFBA, para compor a Equipe para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, com o objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo nº 23066.026925/2022-35 - Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços nº 28/2022, referente a eventual aquisição de Aparelhos de RX Digitais, para atender as necessidades do Hospital de Medicina Veterinária Renato Rodenburg de Medeiros Netto (HOSPMEV), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), conforme especificação técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Cumpra-se e registre-se.

Dulce Maria Carvalho Guedes
Pro Reitora de Administração



Emitido em 31/05/2022

ESTUDOS PRELIMINARES (ANEXO III IN 05/2017) Nº 30/2022 - CMP/PROAD (12.01.10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 31/05/2022 16:33)

CATERINA MURAMOTO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DEAPAC/EMEVZ (12.01.32.02)

Matrícula: 1822088

(Assinado eletronicamente em 01/06/2022 14:57)

JOAO MOREIRA DA COSTA NETO

DIRETOR - TITULAR

HOSPMEV (12.01.43)

Matrícula: 338114

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/documentos/> informando seu número:
30, ano: **2022**, tipo: **ESTUDOS PRELIMINARES (ANEXO III IN 05/2017)**, data de emissão: **31/05/2022** e o
código de verificação: **c64521f6f2**